



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

**SECRETARIA EXECUTIVA**

**DIRETORIA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

***PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO DE EDUCADORES(AS) AMBIENTAIS:  
por um Brasil educado e educando ambientalmente para a sustentabilidade***

## Sumário

1. Introdução.....	2
2. Objetivos do Programa.....	3
3. Concepção Político-pedagógica .....	3
3.1 Qual é a compreensão de educador ambiental? .....	6
3.2 Detalhamento dos Fundamentos da Formação de Educadoras (es) Ambientais da DEA/MMA.....	6
4. Metodologia do Programa de Formação.....	13
4.1 O que é um Coletivo Educador?.....	13
4.2 A estratégia da Arquitetura da Capilaridade .....	16
4.3 A Estratégia metodológica 4-3-3.....	19
5. Projeto Político Pedagógico (PPP).....	24
6. estrutura para aprofundamento do Marco Situacional.....	27
6.1 Objetivos.....	28
6.2 Roteiro Geral para o mapeamento.....	28
7. Roteiro Metodológico para implementação do Programa através dos Coletivos Educadores.....	35
META I: Articulação, mobilização, e planejamento do Coletivo Educador.....	35
META II: Desenvolvimento dos 4 processos educadores.....	38
META III: Avaliação Participativa e Planejamento da continuidade e ampliação do Programa. ....	38
8. Exemplo da Proposta Geral da Formação:.....	39

## 1. INTRODUÇÃO

A Educação Ambiental no Brasil é regulada pela Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA, instituída pela lei nº 9795, de abril de 1999, que definiu os seus princípios básicos dentre os quais destaca-se o enfoque democrático e participativo, a concepção de ambiente em sua totalidade e a garantia de continuidade e permanência do processo educativo.

Com base na PNEA foi elaborado o Programa Nacional de Educação Ambiental - ProNEA, que tem por missão contribuir com a construção de Sociedades Sustentáveis, com pessoas atuantes e felizes em todo Brasil. Este programa orienta as ações da sociedade e do governo para a geração e o estímulo a uma dinâmica integrada dos processos nacionais de Educação Ambiental.

Pautada nos princípios contidos na PNEA e no ProNEA, a Diretoria de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (DEA/MMA) elaborou este Programa Nacional

de Formação de Educadores(as) Ambientais com a pretensão de qualificar as políticas públicas federais de Educação Ambiental para que estas exijam menos intervenções diretas e mais apoio supletivo às reflexões e ações autogeridas regionalmente, no sentido de desenvolver uma dinâmica nacional contínua e sustentável de processos de formação de educadores(as) ambientais a partir de diferentes contextos. Esta dinâmica articulada, autônoma e interdependente tem como orientação, ou por utopia, a formação de 180 milhões de brasileiros educados e educando ambientalmente e tem na formação de Coletivos Educadores uma das suas estratégias essenciais de implementação.

## **2. OBJETIVOS DO PROGRAMA**

- Contribuir para o surgimento de uma dinâmica nacional contínua de Formação de Educadores(as) Ambientais, a partir de diferentes contextos, que leve à formação de uma sociedade brasileira educada e educando ambientalmente;
- Apoiar e estimular processos educativos que apontem para a transformação ética e política em direção à construção da sustentabilidade socioambiental;
- Fortalecer as instituições e seus sujeitos sociais para atuarem de forma autônoma, crítica e inovadora em processos formativos, ampliando o envolvimento da sociedade em ações socioambientais de caráter pedagógico;
- Contribuir na estruturação de uma Rede de Observatórios (ou de um Observatório em rede) voltados à formação de educadores (as) ambientais.

## **3. CONCEPÇÃO POLÍTICO-PEDAGÓGICA**

O desafio de construir uma sociedade brasileira educada e educando ambientalmente para a sustentabilidade envolve a promoção de mudanças percolem o cotidiano de todos os indivíduos e instituições. Nesse sentido, a concepção pedagógica da Educação Ambiental objetiva a articulação das ações educativas voltadas às atividades de proteção, recuperação e melhoria socioambiental, potencializando o papel da educação

para as necessárias e inadiáveis mudanças culturais e sociais de transição societária em direção à sustentabilidade.

Este programa consiste na potencialização de processos de formação de educadoras e educadores ambientais, por intermédio do estabelecimento de articulações entre instituições que atuam com atividades socioambientais de caráter pedagógico. Consiste também na harmonização de interesses entre as instituições ofertantes e demandantes de processos formativos em Educação Ambiental que contribuam na criação de sociedades sustentáveis.

Um processo de Educação Ambiental visa formar educadoras(es) ambientais e não simples e pré-escritas pessoas ambientalmente educadas. O objetivo não é adequar o comportamento das(os) educandas(os) a um padrão pré-existente, definido externamente como sendo ambiental ou politicamente correto. O conteúdo das mudanças de procedimento, atitude, comportamento, opção política, escolhas enquanto consumidor, enquanto produtor, as modificações tecnológicas, deve ser definido com ou a partir das(os) educandas(os), imersos em seu contexto cultural, político, ambiental. A relação educador(a)-educanda(o) é um encontro de saberes, um diálogo democrático sobre a realidade vivida, não há saberes mais importantes, não há hierarquia de conhecimentos. Esta concepção libertária de educação emana de Paulo Freire, da Educação Popular, das práticas educacionais dos movimentos sociais e de outros educadores e teóricos sociais e do ambientalismo, seu fundamento político é a democracia radical que reconhece que cada ser humano detém o direito à participação, à definição de seu futuro e à construção da sua realidade. O desafio para esta educação passa pela emancipação de dominados e dominadores, explorados e exploradores.

São esses os complexos diálogos que a Educação Ambiental brasileira promove e se envolve, tecendo laços entre as relações entre humanos e natureza e nas relações sociais, para a criação de processos autônomos que visem a construção de uma conscientiz(ação) individual e coletiva em favor da sustentabilidade das sociedades, onde desenvolvimento é uma decorrência. Os princípios que balizam as atividades de Educação Ambiental visando a criação de sociedades sustentáveis ensejam a sensibilização afetiva e a compreensão cognitiva da complexidade ambiental, estimulando um saber ambiental e fortalecendo a

potência de ação nos diversificados atores e grupos sociais que trabalham na perspectiva da criação de um futuro sustentável.

Os conceitos e princípios que nos são mais preciosos e que fundam esta perspectiva de Educação Ambiental são: Autonomia, Complexidade, Democracia, Identidade, Inclusão Social, Justiça Ambiental, Participação, Pertencimento, Diversidade, Sustentabilidade, Emancipação, Potência de Ação/ Empoderamento.

E que implicam em alguns princípios metodológicos para a formação de educadores(as) ambientais: Pedagogia da Práxis, Intervenção educacional, Pesquisa-Ação-Participante, Inter e transdisciplinaridade, Intervenção Educacional, Hermenêutica, Vanguarda que se autoanula, Comunidade de Aprendizagem, Laboratório Conceitual, Comunidade Interpretativa, Laboratório Social, Cardápio de Conteúdos.

De modo inequívoco o processo se destina a todos os brasileiros e brasileiras; a maior parte destes será buscada pelas mídias de largo alcance com o ousado intento de promover uma ampla requalificação do senso comum sobre Educação Ambiental, vista numa perspectiva explicativa das Ciências Naturais, ou como uma perspectiva punitiva e prescritiva e aproximá-la do cotidiano das pessoas, dos coletivos, da necessidade de transformar as relações sociais e os mecanismos degradadores de ocupação do socioambiente.

Em determinados recortes geográficos ou setoriais a DEA/MMA se propõe a subsidiar processos mais artesanais e contextualizados de formação de Educadores(as) Ambientais. Neste caso encontraremos aproximações mais ou menos territorializadas. Num extremo encontramos espaços com marcante identidade territorial, cultural, ambiental e em outro extremo encontramos contextos que raramente percebem seu espaço e se percebem nele. Em exemplos como municípios ou Biomas, quando encontramos um claro recorte espacial e uma baixa identidade cultural/ambiental/territorial é objetivo da Educação Ambiental promover esta identidade, este pertencimento, este processo de apropriação do próprio espaço/território social e ambiental.

### **3.1 Qual é a compreensão de educador ambiental?**

As(os) Educadoras(es) Ambientais desempenham um papel de liderança na medida em que, inconformados com a realidade tal qual se apresenta e por acreditarem e visualizarem alternativas, deflagram processos educacionais para a transformação relativa às relações entre humanos e com a natureza. Estes processos são deflagrados “com” outros e não “para” outros e devem ser implementados de modo a contribuir efetivamente para transformação das condições estabelecidas. Este papel de liderança deve ser entendido como passageiro (concepção de vanguarda que se auto-anula, sugerida por Boaventura de Sousa Santos), não significa que este(a) educador(a) ambiental se retira do cenário mas tão somente que deseja e busca a perda da própria centralidade, inegável no início do processo mas que deve propiciar a emergência de novos educadores. O futuro desejado é um contexto no qual os diversos processos transformadores da realidade, rumo à justiça socioambiental e a sustentabilidade tenham respaldo na organização, ação e reflexão dos diferentes atores e grupos sociais.

### **3.2 Detalhamento dos Fundamentos da Formação de Educadoras (es) Ambientais da DEA/MMA**

A enunciação destes fundamentos, de forma didática, tem por objetivo facilitar o diálogo da proposta fundadora da política de formação de educadoras(es) ambientais da DEA/MMA com propostas em andamento ou que aportam ao programa da DEA/MMA. Como muito bem interpretou Isabel Carvalho, a formação das(os) educadoras(es) ambientais brasileiras(os) percorreu inúmeras e diversas trajetórias, teve por porta de entrada diferentes origens profissionais, de militância política, estudantil, ambientalista. Após as quatro primeiras décadas (60, 70, 80, 90) de consistente e ampla formação de educadoras(es) ambientais começa, a partir, principalmente do final da década de 90, propostas que tentam resumir as trajetórias da formação e as práticas da Educação Ambiental em currículos formais, dentro das Universidades ou em ONGs e outras instituições que criaram cursos programados de formação. Estas experiências podem e devem dialogar com a proposta ora apresentada, para tanto devem observar os fundamentos acima como orientação para uma inserção autônoma e personificada no

conjunto de princípios norteadores (suleadores) da DEA/MMA. Aspectos como seleção de participantes, rol de disciplinas, modalidades educacionais, eixos pedagógicos, metodologias poderão encontrar, neste breve conjunto de idéias, uma base para este diálogo.

### **3.2.1. Educação de educadoras(es):**

Um processo de Educação Ambiental visa formar educadoras(es) ambientais e não simples e prescritas pessoas “ambientalmente educadas”. O objetivo não é adequar o comportamento das(os) educandas(os) a um padrão pré-existente, definido externamente como sendo ambiental ou politicamente correto. O conteúdo das mudanças de procedimento, atitude, comportamento, opção política, escolhas enquanto consumidor, enquanto produtor, as modificações tecnológicas, deve ser definido com ou a partir das(os) educandas(os), imersos em seu contexto cultural, político, ambiental. A relação educador(a)-educanda(o) é um encontro de saberes, um diálogo democrático sobre a realidade vivida, não há saberes mais importantes, não há hierarquia de conhecimentos. Esta concepção libertária de educação emana de Paulo Freire, da Educação Popular, das práticas educacionais dos Movimentos Sociais e de outros educadores e teóricos sociais e do ambientalismo, seu fundamento político é a Democracia Radical que reconhece que cada ser humano detém o direito à participação, à definição do futuro e à construção da sua realidade e o desafio para esta educação passa pela emancipação de dominados e dominadores, explorados e exploradores.

### **3.2.2. Liderança democrática ou Vanguarda que se auto-anula:**

As(os) Educadoras(es) Ambientais desempenham um papel de liderança na medida em que intencionalmente deflagram processos reflexivos, na medida em que estão inconformadas(os) com a realidade tal qual se apresenta, na medida em que estão vendo aspectos e alternativas que os demais talvez não estejam percebendo ou talvez simplesmente não acreditem que possam fazer frente ao que está estabelecido. Este papel de liderança deve ser entendido dentro do marco da democracia radical, dentro da

perspectiva de que todas(os) têm direito e devem participar da definição do futuro. A concepção de vanguarda que se auto-anula, sugerida por Boaventura de Sousa Santos, não significa que esta(e) educador(a) ambiental se retira do cenário mas tão somente que deseja e busca a perda da própria centralidade, inegável no início do processo mas que deve propiciar a emergência de novas lideranças. Segundo este princípio não se admite hierarquia na relação educador-educando.

### **3.2.3. Intervenção educacional crítica e emancipatória:**

Atendendo aos dois fundamentos anteriores o processo de formação de educadoras (es) ambientais não consiste no acúmulo de conhecimentos, o eixo da aprendizagem não é uma “grade curricular” repleta de saberes mas principalmente um processo de potencialização dos indivíduos e grupos para realização de intervenções socioambientais reflexivas, educacionais, críticas e emancipatórias. Deve desenvolver um diálogo interpretativo a partir das distintas leituras da realidade vivenciada, da enunciação do futuro desejado e da formulação das distintas propostas, projetos, ações, estudos para enfrentar problemáticas (dentro do marco da complexidade) e para buscar o futuro desejado.

### **3.2.4. Formação de coletivos de Pesquisa-Ação-Participante (ou Pessoas que Aprendem Participando):**

As(os) educadoras(es) ambientais devem encontrar no coletivo seu espaço de ação, de vida política (*vita activa* em Arendt), de reflexão. A formação de coletivos é um fundamento da proposta por entendermos que toda(o) educador(a) ambiental, vive intensamente a condição humana (segundo Arendt) de “inter homines esse”, ou seja, de estar entre humanos. Um(a) educador(a) entre educadoras(es). O foco nos coletivos locais deve-se ao seu reconhecimento como sujeitos protagonistas do contexto e de seu conhecimento profundo da realidade, dos valores que a permeiam e das práticas sociais correntes. Estes coletivos se qualificam por várias características interdependentes, são um grupo de encontro (tem prazer em estar junto), um grupo de reflexão e um grupo de



ação. Teoricamente encontramos qualificação na pesquisa-ação (Kurt Lewin, Thiollent, Barbier), na pesquisa participante (Brandão), na idéia de Laboratório Social (Lewin), na Comunidade Interpretativa (Boaventura e Habermas). Em resumo são grupos que se tornam coletivos identitários, pesquisadores, críticos e ativos no seu contexto social. A qualidade do diálogo dentro deste coletivo tem por referencial a situação lingüística ideal de Habermas, na qual os preconceitos se desinstrumentalizam, na qual impera o desejo da emancipação individual e coletiva, na qual todos se expressam buscando superar os impedimentos objetivos e subjetivos à comunicação livre. A estes coletivos temos denominado grupos PAP (Pesquisa-Ação Participante). Os PAP1 e 2 são formados por representantes de instituições que se colocam o desafio de atuarem na formação de pessoas educadoras que se constituam como PAP3 e se coloquem a missão de formar grupos de pessoas educadoras aglutinadas nos grupos PAP4 e assim por diante.

### **3.2.5. Articulação de coletivos de Pesquisa-ação:**

Os coletivos PAP encontram limites para sua ação, para o acesso a informações, para a intervenção em políticas públicas. Estes limites só são superáveis pela articulação destes coletivos na perspectiva de rede, ou seja, PAP2,3,4 se conectam de múltiplas formas. Prevemos um espaço/momento chamado Observatório da Formação de educadoras(es) Ambientais no qual estes diversos coletivos articulam conhecimentos, experiências, metodologias para se avaliarem, para sistematizarem informações, para formularem propostas políticas, para incrementarem o rol de possibilidades de troca entre os coletivos. Esta articulação que entendemos como Observatório em Rede (de coletivos) ou como Rede de Observatórios se torna a interlocutora das políticas públicas nos diferentes níveis de poder.

### **3.2.6. Auto-gestão e continuidade do processo educativo:**

O cardápio de opções formativas é a base para a continuidade e a auto-gestão do processo educativo. O cardápio é uma lista que pode ser acessada pelos coletivos, ou mesmo individualmente, pelas(os) educadoras(es) ambientais. O exercício com a gestão

do próprio processo formativo através do cardápio deve se iniciar a partir da formação dos PAP. Cada curso, cada processo formativo deve ter um currículo centrado na Práxis, os conteúdos devem ser acessados, optados conforme a *práxis* do coletivo exige. O rol de disciplinas de uma instituição de ensino deve fazer parte do cardápio de conteúdos, o coletivo educando pode, entretanto, optar por nenhuma delas caso perceba mais pertinente outras formas de apoio à sua ação-reflexão. O processo de atuação do PAP deve permitir a elaboração de um plano de educação continuada.

### **3.2.7. Multiplicidade de espaços e vias educadoras:**

O senso comum nos faz pensar no encontro presencial de sala de aula como o único momento da educação. Na perspectiva desta proposta a educação faz parte da vida e como tal deve estar planejada para diferentes espaços e vias. É desejável que a educação seja tanto presencial quanto à distância e difusa. O cardápio deve ser disponibilizado por diferentes vias, como oficinas, cursos presenciais, textos, programas radiofônicos, de TV... É, ou pode ser, educadora não só a sala de aula mas também um viveiro, uma trilha interpretativa ecológica rural ou urbana, uma mostra fotográfica, uma faixa de pedestres, um Centro de Educação Ambiental. Esta multiplicidade é condição para a continuidade e auto-gestão do processo formativo que não seria possível se só contemplássemos a educação no encontro presencial, em sala de aula, entre educador(a) e educanda(o).

### **3.2.8. Diálogo com experiências sociais disponíveis de enfrentamento da problemática socioambiental:**

A Educação Ambiental tem por principal riqueza ser um campo aberto, em permanente construção, assim sendo, a Educação Ambiental sempre se alimentou, a partir do debate ambientalista, de diversos campos do conhecimento, da sociologia à ecologia, da psicologia à economia, da pedagogia à ciência política, à antropologia. Esta certa “antropofagia cultural” da Educação Ambiental tem fortalecido suas práticas e reflexões. No entender da Proposta Política em questão, a Educação Ambiental deve efetivamente

incorporar este diálogo no âmbito das práticas sociais. Boaventura de Sousa Santos acusa a modernidade de ter restringido o presente através de uma “Sociologia das ausências” (só podemos nos adequar se formos ou fizermos um rol muito restrito de opções de ser, fazer, consumir, produzir) e alargado o futuro (como se a grandiosidade deste prescindisse de uma enunciação particular). À Educação Ambiental cumpre fazer aquilo que Boaventura denomina de “Sociologia das Emergências” e que pode ser entendido como o reconhecimento, o entendimento e a valorização de todo o conjunto de experiências sociais disponíveis. Tudo aquilo que estiver sendo feito, a agroecologia, os grupos ambientalistas, os grupos de jovens, de mulheres, as receitas alternativas, as plantas medicinais, os grupos de auto-construção, os mutirões; aquilo que parecia anacrônico, arcaico, como cozinhar com lenha, plantar feijão e milho casado, o Cosme e Damião, a visita entre amigos. São tantas as experiências que devem ser alimento para as práticas da Educação Ambiental, tantos os sujeitos que devem ser entendidos como sujeitos da Educação Ambiental. A Educação Ambiental em qualquer contexto não pode negar sua essência dialógica e desvelar práticas prescritivas, a(o) educador(a) ambiental deve ser um(a) facilitador (a) mediador(a) do alargamento do presente através da “sociologia das emergências” que ao invés de sugerir a forma certa de ser e estar no mundo lerá na realidade o conjunto de opções que permite a construção do futuro desejado. Exige mapeamento das mesmas e consequente diagnóstico participativo. O mapeamento é uma etapa que busca uma leitura mais descritiva dos processos e menos valorativa, o diagnóstico, numa segunda etapa consiste no julgamento ético (certo ou errado), político (bom ou ruim) e estético (bonito ou feio) para cada pessoa e grupo social. Este diagnóstico deve estar acompanhado de um processo de reflexão e interpretação do que se define como problema e do que se define como desejável.

### **3.2.9. Arquitetura da Capilaridade:**

Todas(os) as(os) brasileiras(os) têm o direito de participar da definição do futuro do país. Cada pedaço deve se configurar de acordo com os desejos e as ações de 100% de seus integrantes. Este fundamento da proposta também é uma decorrência do princípio da participação ampla e irrestrita da democracia radical. A idéia da participação de

todas(os) não significa harmonia, ausência de conflito ou divergência de interesses mas que há por objetivo o equilíbrio dos poderes que conferem hoje a uma minoria, o direito de configurar todo um estado, bioma, município ou país. A arquitetura da capilaridade é pensada em cada contexto, tem por objetivo ter educadoras(es) ambientais atuando em toda a sua diversidade, cada cidadã ou cidadão poderá estar em contato com um(a) educador(a) ambiental, qualquer cidadã ou cidadão pode participar de um coletivo de reflexão sobre a sua realidade, seja no âmbito do trabalho, do bairro, da comunidade. Para que isso ocorra a arquitetura da capilaridade se inicia no PAP2, que contém as pessoas das instituições formadoras, o interlocutor *a priori* do PAP2 é o PAP3, grupos de educandas(os) compostos por pessoas com grande capacidade de comunicação e de capilaridade, são lideranças comunitárias, técnicos de ONGs, Agentes de Saúde, Sindicalistas, Agentes de Pastorais. As(os) educadoras(es) dos grupos PAP3 mediarão e animarão os processos formativos dos grupos PAP4, compostos por pessoas que deverão congregiar tal diversidade que permita o envolvimento de toda a população do contexto através das intervenções das(os) educadoras(es) dos grupos PAP4. O planejamento da arquitetura começa com a seleção dos indivíduos que comporão os grupos PAP3, é um momento chave e deve buscar a diversidade possível. O mapeamento das experiências sociais disponíveis permite que se perceba a existência de grupos de ação-reflexão no contexto, que já vêm enfrentando a problemática, estes grupos já são possíveis PAP4, as lideranças e técnicos das entidades que os vêm apoiando são possíveis componentes de grupos PAP3. A composição PAP2, 3, 4 é decorrência da leitura do mapeamento. Exige um processo seletivo cuidadoso dos PAP3, principalmente. A composição do PAP2 começa com a articulação das instituições regionais mais conhecidas e se aprofunda no próprio processo de mapeamento que estas instituições co-realizam como parte de seu processo pedagógico. Em etapas posteriores entende-se que os Educadores Ambientais Populares (do PAP4) passam a atuar como Formadores de Educadores Ambientais Populares (PAP3), que os Formadores de Educadores Ambientais ( PAP3) passam a atuar como Formadores de formadores de Educadores Ambientais junto às instituições que participam do PAP2. Em suma, desaparecem cisões entre os grupos.

A formulação da arquitetura da capilaridade requer um mapeamento da realidade que entenda os sujeitos coletivos e individuais atuantes, a distribuição espacial dos

mesmos no território e na população em função da sua segmentação (urbano-rural, étnica, socioeconômica, etária, de gênero, etc...). Cabe destacar que o planejamento da arquitetura da capilaridade é condição para a definição da estratégia de seleção de educandos para cada processo.

### **3.2.10. Democratização e acessibilidade a informações e aos foros de participação:**

As informações, os cardápios de conteúdos, os foros de participação criados não devem ser privatizados, são espaços e conhecimentos públicos. Deve haver, por parte das(os) educadoras(es) ambientais, dos coletivos, a busca por socializar práticas, debates e conhecimentos. Esta busca se efetiva na elaboração de peças de comunicação de massa, no planejamento de processos educacionais que abarquem todo o contexto, na disponibilização dos dados e informações em bases de dados públicas como o SIBEA. A democratização exigirá dos educandos e educadores processos de tradução (saber popular para saber técnico e vice-versa) e de transposição da mídia (de vídeo para texto, de áudio comum para MP3, de artigo científico para cartilha, de oficina presencial para vídeo, etc...). A disponibilização de informações em diferentes meios, diferentes mídias visa a sua acessibilidade amplamente democrática, desde o educando que atua dentro da Universidade ao ribeirinho que acessa menos meios eletrônicos.

## **4. METODOLOGIA DO PROGRAMA DE FORMAÇÃO**

### **4.1 O que é um Coletivo Educador?**

São grupos de educadores(as) de várias instituições que atuam em processos formativos no campo da Educação Ambiental, educação popular e da mobilização social. O Coletivo Educador é constituído por educadores de diferentes instituições que desenvolvem ações formativas no campo da Educação Ambiental e popular, da formação de professores, da extensão rural, da formação técnica socioambientalista.

Esse coletivo educador deve constituir-se como um grupo de pessoas que compartilham suas observações, visões e interpretações da mesma forma que planejam, implementam e avaliam processos de formação de educadores ambientais. Esses

processos formativos deverão ser participativos e continuados, envolvendo a comunidade como um todo desde a sua concepção até a implementação e a avaliação

O Coletivo Educador é entendido como um grupo articulado de **Pessoas** que **Aprendem Participando** (que denominamos de grupos **PAP**), orientado pela metodologia da **Pesquisa Ação Participante**. Esta metodologia refere-se ao procedimento democrático e participativo de diagnosticar e interpretar a realidade, sonhar sua transformação, planejar intervenções educacionais, implementá-las e avaliá-las. O Coletivo Educador realizará a formação de formadores, construindo conceitos, aprendendo, implementando ações, realizando intervenções, avaliando e, assim, vivendo a Pedagogia da *Práxis*.

Exemplos de instituições que podem compor um Coletivo Educador são instituições de Ensino, Universidades, Governo de Estado, Prefeituras Municipais, Núcleos de Educação Ambiental (NEAs)/IBAMA, Redes de Educação Ambiental, Organizações Não-Governamentais - ONGs, Pastorais, Federações, Sindicatos, etc.

#### **4.1.1 Papel do Coletivo Educador**

O papel de um Coletivo Educador é promover reflexão crítica, aprofundamento conceitual, instrumentalização para a ação, proatividade dos seus participantes e articulação institucional visando a continuidade e sinergia de processos de aprendizagem de modo a percolar, de forma permanente, todo o tecido social do território estrategicamente estipulado.

Os Coletivos Educadores favorecem:

- 1) a continuidade e permanência dos processos educacionais (em contraposição a programas pontuais);
- 2) a consistência e adequação das propostas de formação (em contraposição a programas desenvolvidos desde uma perspectiva estranha ao contexto);
- 3) a otimização de recursos locais, regionais e federais (em contraposição à pulverização desarticulada das aplicações);

4) a ampliação das cargas horárias de formação (em contraposição a cursos de curta duração);

5) a articulação de programas e projetos de desenvolvimento territorial sustentável (em contraposição à *overdose* de espaços e propostas que enfraquecem os projetos e as lideranças regionais);

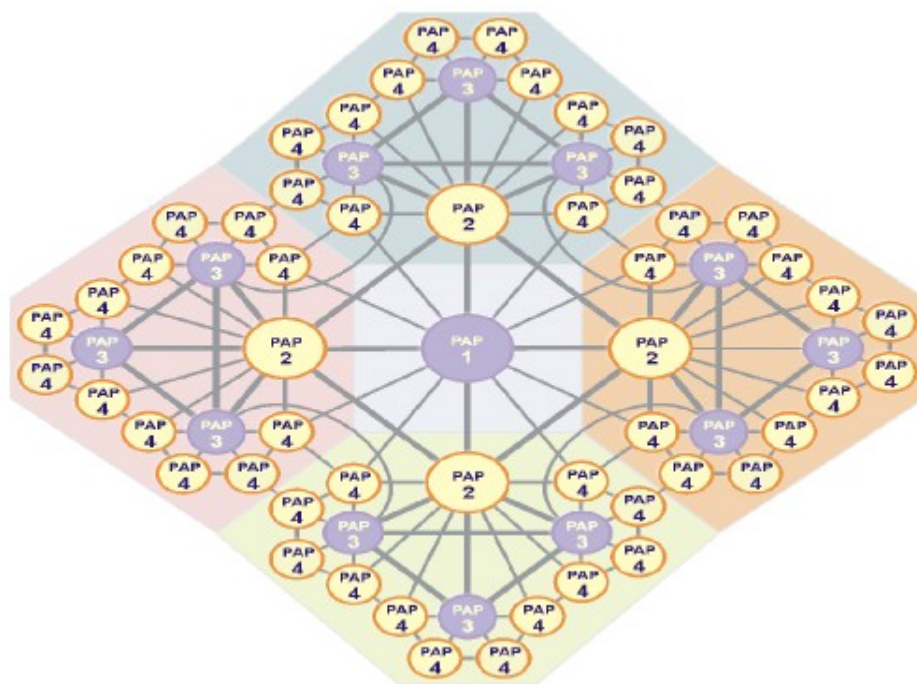
6) as competências regionais em educação e ambiente (em contraposição às perspectivas de saberes notórios e centralizados no exterior).

Por meio desses Coletivos Educadores as instituições e movimentos do campo socioambiental poderão articular suas políticas de formação de gestores públicos, conselheiros, técnicos, agentes de desenvolvimento local, educadores, professores e lideranças dos mais diferentes setores e segmentos, assim como qualificar seus foros de participação social e suas intervenções educacionais voltadas à criação e/ou aprimoramento de estruturas e espaços que tenham potencialidade de atuação como educadoras na direção da sustentabilidade.

Para que o processo formativo envolva todas as comunidades e setores de um determinado território cada Coletivo Educador deve planejar a sua capilaridade. Para que a formação de educadores(as) ambientais seja ampla, democrática e efetiva, desenvolvemos a idéia da arquitetura da capilaridade, permitindo que os processos formativos atinjam toda a sociedade, articulando os diferentes grupos de Pessoas que Aprendem Participando ou grupos de Pesquisa-Ação-Participante (PAPs). Os Grupos PAPs (Pesquisa-Ação-Participante) devem ser entendidos, como Comunidades de Aprendizagem e Interpretativas, como Laboratórios Sociais e Conceituais que permanentemente diagnosticam, interpretam a realidade, planejam intervenções educacionais, constroem conceitos, aprendem, intervêm, avaliam e desta forma vivem a Pedagogia da Práxis que de modo permanente e articulado qualifica e requalifica este programa.

### **Representação esquemática da arquitetura de capilaridade**

Como se observa no diagrama acima, o movimento permite a visualização dos processos formadores articulados entre 4 instâncias,



1-DEA;

2-Coletivo Educador;

3-Formadores de Educadores(as) Ambientais e

4-Educadores(as) Ambientais Populares.

#### 4.2 A estratégia da Arquitetura da Capilaridade

A arquitetura define um projeto de intervenção educacional que, interpretando as condições ambientais e a dinâmica e estrutura social, busca estratégias que possibilitem o envolvimento qualificado da totalidade da população de um determinado contexto. Para isto define estrutura de círculos concêntricos de comunidades interpretativas de aprendizagem (os grupos de pesquisa ação participativa), partindo do primeiro nível (de menor número, inicial) até o nível mais afastado (envolvendo a totalidade da população daquela região ou setor social).

O contato entre os grupos envolvidos nos diferentes momentos e níveis de capilarização potencializa a manutenção dos princípios básicos da formação para todas as pessoas envolvidas. A forma como serão estruturados os grupos de



educandos(as)/educadores(as) é definida de acordo com as características encontradas na organização das atividades de cada nível.

Assim, o importante é que:

- Defina-se o tamanho e as características da população a ser envolvida no processo educacional, segmentando-a por setores que permitam o desenho da estrutura de capilarização. Por exemplo, pode-se fazer uma simples segmentação espacial, definindo-se quantos habitantes moram por município (rural e urbano), quantos por bairro, por quarteirão ou rua. Pode-se também segmentar a população por faixas etárias ou por área de atuação profissional – professores(as), agricultores(as), pescadores(as), comerciantes, operários(as), donos(as) de casa, empregados(as) domésticos, ambulantes, etc... Estas diferentes formas de segmentação podem se combinar e possibilitar uma divisão mais detalhada com aspectos geográficos, etários, de gênero, profissionais articulados.
- Se queremos um processo educacional que chegue a toda a base social, que percole todo o tecido social, precisamos ter educadores(as) permanentemente atuando em cada um dos segmentos/setores apontados no item anterior. A quantidade de pessoas a serem formadas como formadores de educadores(as) depende do tamanho da base, dos recursos disponíveis, da disponibilidade de procedimentos tutoriais, das condições para atuação do educador na base – que podemos chamar de educador(a) ambiental popular (EAP), não só pelos compromissos ideológicos emancipatórios e empoderadores dos educandos assumidos, mas também porque a sua atuação é de cidadão/cidadã voluntário(a) que precisa desenvolver inúmeras outras atividades cotidianamente, para sua própria sobrevivência. Podemos, para exemplificar, pensar em um educador(a) ambiental popular por quarteirão – imaginando um quarteirão típico de 10 mil metros quadrados, com 40 casas e 160 moradores – numa cidade com 16 mil habitantes teremos 100 quarteirões, portanto a necessidade de formarmos 100 EAP. Podemos debater a necessidade de 2 educadores(as) atuarem continuamente na formação destes 100, em por exemplo, 2 grupos de 50 que se reúnem uma vez por semana. Se trabalharmos com um EAP para dois quarteirões, teremos dois

grupos de 25, ou um de 50. Se estamos falando em 2 Educadores(as) Ambientais para cada 16 mil habitantes, então para uma população de 1.600 mil habitantes precisaremos formar 200 educadores(as). Se tomarmos como exemplo os 2.500 assentamentos promovidos pelo MST, com seus 1.500 mil habitantes, dispersos por todo país, certamente precisaremos definir uma outra estrutura de capilarização.

- Para formar-se os(as) educadores(as) ambientais (PAP3), que atuarão na formação dos EAP (PAP4), que por sua vez atuam permanente e cotidianamente com a sua base, precisamos de um esforço profissional de parceiros locais e ou setoriais que assumam esta proposta, e, a editem para suas condições específicas e passem a construir um grupo de Pesquisa e Ação Participativa e educacional (PAP2) e que atue na formação de seus próprios participantes e os do PAP3.
- Compete à DEA/MMA em parceria com a CGEA/MEC e outras instituições de âmbito nacional elaborar o seu grupo (PAP1) que atue na articulação, parcerias e subsídios que permitam a atuação e multiplicação dos PAP2, bem como a própria formação dos seus participantes (PAP1). Quanto à formação dos participantes destes PAPs, como educadores(as) ambientais, agitadores(as) socioambientais, vanguarda ou quadros de elite que não pretendem formar pessoas que sejam a sua imagem e semelhança, mas sim pessoas que tenham iniciativa e criatividade e atuem pelo bem comum, podemos recorrer ao conceito de vanguarda que se auto-anula (de Boaventura de Sousa Santos) ou ao TAO da liderança (de Lao Tse).

Para tanto, a arquitetura da capilaridade se inicia no PAP2, o Coletivo Educador, que como grupo que reúne instituições, garante a continuidade do processo e sua estruturação pedagógica e logística. Seus interlocutores diretos, os Formadores de Educadores Ambientais formam, entre si, grupos de Pesquisa-Ação-Participante 3 (PAP3) que pesquisam e atuam para consubstanciar suas práticas para a formação de Educadores Ambientais Populares que, por sua vez, constituem-se em grupos de Pesquisa-Ação-Participante 4 (PAP4). A identificação dos sujeitos que compõem PAP2, 3 e 4 deve permitir o envolvimento de todo o contexto social em sua diversidade cultural, étnica, religiosa, econômica e social.

A Formação de Educadores (as) Ambientais, na perspectiva de abranger todo

um contexto, deve se constituir a partir de uma cuidadosa Arquitetura da Capilaridade, o programa deverá ser realizado nos diversos territórios com participação direta da DEA/MMA mas com o claro objetivo de promover uma continuidade auto-gerida, perene, sustentável.

Apesar de, inicialmente, haver a participação direta da DEA/MMA, o objetivo é promover uma continuidade auto-gerida, perene, sustentável. Para isso propomos um conjunto de procedimentos entendidos didaticamente em **4 Processos Educacionais, 3 Eixos formadores e 3 Modalidades de Ensino**, que chamamos metaforicamente de estratégia **4-3-3** (em alusão à tática de futebol).

#### 4.3 A Estratégia metodológica 4-3-3

Os **4 Processos Educacionais** são: Formação de Educadoras(es) Ambientais; Educomunicação Socioambiental; Educação através da escola e de outros espaços e estruturas educadoras; ; Educação em Foros e Coletivos;

Os **3 Eixos Pedagógicos** são: i) O acesso a conteúdos e processos formadores através de **Cardápios**;ii) A constituição e participação em **Comunidades Interpretativas e de Aprendizagem**;iii) A elaboração, implementação e avaliação de **Intervenções Educacionais** como Práxis Pedagógica.

As **3 modalidades de Ensino/Aprendizagem** são: **1) Educação Presencial; 2) Educação à Distância; 3) Educação Difusa.**

A divisão da proposta nestes 10 itens tem por objetivo facilitar o entendimento da variedade de modalidades, instrumentos, estratégias que podem compor um programa de formação, entretanto, não devem ser entendidos como fragmentos isolados mas necessariamente articulados e interdependentes.

##### 4.3.1 Os 4 Processos Educacionais são:

##### 4.3.1.1. Formação de Educadoras(es) Ambientais.

Refere-se à formação de educadoras(es) cuja função primordial é editar o

conhecimento construído durante o seu processo de aprendizagem, apropriando-o para o seu contexto e atuando na formação de novos educadores(as)/editores(as). O processo consiste em reforçar a capacidade dos editores para estabelecer convergência entre as questões sociais e ambientais, o local e o global, além de sintetizar a complexidade envolvida nas questões ambientais, potencializando a sua ação junto a sua base no sentido de identificar e contribuir para a formação de novos formadores/editores que atuem como educadores(as) ambientais cotidianamente. A formação de professores promovida pela CGEA/MEC - “Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas”, é exemplo de projeto na área de formação de Educadores Ambientais. Outros exemplos são: Programa Pantanal, Programa Cultivando Água Boa (Itaipu Binacional), formação de fiscais (junto a CGFis/IBAMA), Agentes Ambientais Voluntários (junto ao IBAMA), Crianças Educadoras (junto ao IBAMA), capacitação de gestores municipais (junto a ABEMA, ANAMMA e a Comissão Técnica Tripartite/MMA), capacitação de gestores vinculados aos Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Domiciliares e Resíduos da Construção Civil (junto a Secretaria de Qualidade Ambiental em Assentamentos Humanos/MMA e ao Ministério das Cidades).

#### **4.3.1.2. Educomunicação Socioambiental;**

A educomunicação envolve várias dimensões forjadas no contato entre a educação, a comunicação e a cultura; nas quais educadores e educadoras ambientais promovem e participam de ações comunicativas e comunicadores e canais de comunicação incorporam valores da Educação Ambiental. A educomunicação socioambiental envolve o conjunto de intervenções de promoção do direito à comunicação, além da participação nos processos de criação, produção e gestão da temática ambiental nos meios de comunicação.

Este processo facilita a percepção da maneira como os temas ligados ao meio ambiente são editados nos meios de comunicação e visa promover a expressão comunicativa dos educadores e educadoras ambientais, além de fortalecer as competências e habilidades expressivas e de domínio de ferramentas tecnológicas de informação do(a) educador(a) ambiental envolvido(a) no processo formativo. Pode ser deflagrado através do uso das tecnologias de comunicação e informação no processo de

ensino/aprendizagem e da produção e difusão de materiais didáticos, de campanhas de Educação Ambiental, inserções educativas, vídeo e tele-conferências, palestras e debates com o público total de educadores e educadoras ambientais, intervenções na mídia de massa, etc. São exemplos: inserções educativas em noticiários locais, programas de rádio, televisão e mídia impressa, músicas (*jingles*), sistemas de informação (SINIMA, SIBEA, banco de dados MES), etc. Os objetivos são: a) promover um processo amplo de requalificação do senso comum sobre meio ambiente e Educação Ambiental; b) estimular a demanda institucionalizada ou territorializada por processos de formação de educadores(as) ambientais.

#### **4.3.1.3. Educação por meio da escola e outros espaços ou estruturas educadoras;**

A principal estrutura educadora construída na nossa sociedade e que é resultado de amplas lutas sociais pela democratização do acesso à educação é, sem dúvida, a Escola. Entretanto, na perspectiva desta proposta a educação faz parte da vida e como tal deve estar planejada para diferentes espaços e estruturas. É, ou pode ser, educadora não só a sala de aula mas também um viveiro, uma trilha interpretativa ecológica rural ou urbana, uma mostra fotográfica, uma faixa de pedestres, as Salas Verdes, um Centro de Educação Ambiental, ciclovias, sistemas de informação (SINIMA, SIBEA, banco de dados MES), instalações do sistema de abastecimento de água, as estações de tratamento de água e de esgoto, o sistema de gerenciamento de resíduos. Além de exemplares as estruturas devem induzir ações e reflexões em prol da qualidade ambiental e de vida comuns.

#### **4.3.1.4. Educação em Foros e Coletivos;**

A participação nos espaços políticos dos foros e colegiados (Conselhos de Educação, de Saúde, de Meio Ambiente, das Cidades; Agendas 21; CIEAs; Redes de Educação Ambiental; Comitês de Bacias; Conselhos de Fiscalização e Regulação de Consórcios Públicos) é tanto resultado da articulação política e cidadã de educadores(as) ambientais como também é uma porta de entrada para a inserção de atores sociais em

processos de formação de educadores ambientais. O desafio é fazer com que a participação nesses foros e colegiados seja um processo educador, de participação, representação, compartilhamento de percepções e visões, cooperação, mediação de conflitos e construção de consensos.

#### **4.3.2. Os 3 eixos formadores são:**

##### **4.3.2.1. O acesso a conteúdos e processos formadores através de Cardápios;**

O cardápio de opções formativas é a base para a continuidade e a auto-gestão do processo educativo. O cardápio é uma lista que pode ser acessada pelos coletivos, ou mesmo individualmente, pelas(os) educadoras(es) ambientais. Cada curso, cada processo formativo deve ter um currículo centrado na Práxis, os conteúdos devem ser acessados, optados conforme a práxis do coletivo exige. O rol de disciplinas de uma instituição de ensino deve fazer parte do cardápio de conteúdos, o coletivo educando pode, entretanto, optar por nenhuma delas caso perceba mais pertinente outras formas (oficinas, materiais didáticos, vídeos, consultorias, softwares, jogos de desempenho de papéis -RPGs) de apoio à sua ação-reflexão.

Tal idéia decorre da ética da liberdade, do reconhecimento das diversidades, da autonomia no processo de aprendizagem e visa adequar o processo a cada contexto, a cada coletivo assim como promover o exercício do diálogo, da negociação e da construção do próprio processo de aprendizagem.

A idéia de Cardápio possui dois níveis articulados, um nacional no qual a DEA/MMA se responsabiliza por produzir um amplo Cardápio disponibilizado via Sistema Brasileiro de Informação sobre Educação Ambiental - SIBEA e outro mais contextual, local no qual, dentro de um processo específico de formação de educadores(as) ocorre um Diagnóstico do Estado da Arte que identifica estes materiais/processos e a própria produção destes(as) Educadores(as) em seus processos de Intervenção Educacional. Estes materiais/processos identificados ou produzidos em cada contexto deverão também alimentar o cardápio nacional.

#### **4.3.2.2 A constituição e participação em Comunidades Interpretativas e de Aprendizagem;**

São grupos dialógicos empenhados em interpretar o contexto e sua perspectiva histórica e enfrentar as assimetrias de poder e linguagem dentro do grupo na definição e busca do futuro desejado. Propomos que esses grupos de estudantes conheçam e atuem junto a foros/colegiados/redes de Educação Ambiental, de Educação, de Meio Ambiente, de Saúde, os Comitês Locais (CONDEMA), Foros Deliberativos Regionais, Agenda 21 Local, etc.

#### **4.3.2.3 A elaboração, implementação e avaliação de Intervenções Educacionais como *Práxis* Pedagógica.**

A intervenção é o eixo central do processo formativo, envolvendo ações educacionais intencionais dos educandos junto com outros sujeitos da comunidade. Os(as) educadores(as) ambientais com as pessoas de sua comunidade planejam e executam intervenções educacionais socioambientais, buscando soluções para problemas concretos da comunidade.

### **4.3.3. As 3 modalidades de Ensino/Aprendizagem são:**

#### **4.3.3.1 Educação Presencial;**

A Educação Presencial é a modalidade mais usual da Educação, dentro da perspectiva da DEA/MMA, o momento presencial da educação é extremamente valioso e importante, deve propiciar uma interação significativa, com múltiplos sentidos, múltiplas linguagens. O “olho no olho” viabilizado na Educação Presencial possibilita o fortalecimento de laços, a pesquisa mais profunda das “utopias” e dos obstáculos a sua realização.

#### **4.3.3.2 Educação à Distância (EaD);**

Existem processos de Educação Presencial que são mais distantes que muitos processos de Educação à Distância. A EaD é fundamental não apenas pela necessidade,

mas por um desejo de promover uma ruptura com as perspectivas mais verticais de educação que confundem ensino e aprendizagem como se fossem lineares ou iguais. A EaD é uma das bases da sustentabilidade dos processos de formação de educadores(as) ambientais.

#### **4.3.3.3 Educação Difusa.**

Reúne processos gerados por educadores(as) e educandos(as) nos quais perde-se o controle sobre quem a recebe ou sobre como a edita. Esta educação difusa, planejada e implementada em cada contexto tem uma natureza geral similar à educomunicação socioambiental proposta pela DEA/MMA entretanto torna-se mais qualificada e apropriada localmente (município, Bioma, assentamentos etc...). Ela é planejada e implementada para sensibilizar os participantes, tornando-os mais receptivos à ação dos(as) educadores(as) e dispostos a buscarem/construírem conhecimentos e tomarem atitudes para além daquelas deflagradas pelas modalidades presenciais e à distância.

### **5. PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP)**

Um projeto político pedagógico consiste na formulação e enunciação de uma proposta educacional, de suas bases conceituais e políticas até a sua operacionalização. Uma pedagogia pressupõe um projeto societário, um projeto de ser humano e de suas relações. Este projeto pode ser democrático ou não, a depender da concepção de sociedade e sujeitos sociais que se tem. O percurso da formulação do PPP pode, em tese, ser centralizado em um indivíduo ou grupo o que o caracterizaria como um PPP autoritário, ainda que seu conteúdo se diga democrático. Ser construído de forma participativa é portanto mais que uma característica deste processo, mas antes de tudo um **princípio** político de extrema importância.

O PPP não é um produto, uma cartilha normatizadora, PPP é processo de gestão contínua orientada pelos princípios e objetivos educacionais de um grupo. Este grupo é representativo, legitimado e sensível às demandas do contexto representado. O documento traz uma visão de educação pautada em uma visão de sociedade e que, a partir de seus sujeitos e realidade, traçam uma proposta de ação pedagógica e social. É



portanto um documento identitário, no qual os sujeitos se vêem e atuam sobre as suas demandas e planos, que serão periodicamente revistos e sistematicamente reconstruídos. Um PPP, em linhas gerais, é constituído de três Marcos, o **Conceitual**, o **Situacional** e o **Operacional**.

O **Marco Conceitual** contém a idealização, o sonho de futuro, os princípios e valores, a ética, a concepção de sociedade e de ser humano partilhada pelo grupo. O Marco Conceitual é o elemento menos volátil, menos dinâmico do PPP, por isso deve ser construído com a máxima profundidade possível, evitando-se à comodidade dos chavões, as proposições feitas devem ser refletidas, significadas, apropriadas profundamente pelo grupo. No que tange o Programa Nacional de Formação de Educadores Ambientais o Marco Conceitual está descrito nos itens apresentados anteriormente.

O **Marco Situacional** refere-se às características presentes do contexto, um diagnóstico da realidade sócio-educacional local. Um diagnóstico que deve ser pensado como ponto de partida para a realização de planos de trabalho não apenas no sentido “curativo”, mas também “preventivo”. Neste campo cabe-nos uma reflexão cuidadosa, há algumas tendências em relação ao processo e aos produtos do Marco Situacional que conduzem a uma grande “entropia” do Marco Operacional que termina perdendo o nexo lógico com o Marco Conceitual. O Marco Situacional se torna tão acachapante que parece que ainda não podemos dialogar com o sonho do Marco Conceitual pois a superação da Situação se impõe na operação de curto e médio prazo, entendendo melhor:

1. Tratar o Marco Situacional como conjunto de lamúrias sobre as ausências do contexto, estas lamúrias tendem a induzir um tipo de “lista de compras” e de tarefas no Marco Operacional;
2. Tratar o Marco Situacional como óbvio, a idéia de que “todo mundo sabe qual é o problema” compromete a complexidade e a potencialidade do Marco Situacional, da percepção da problemática;
3. Tratar o Marco Situacional como percepção da negatividade ignora as experiências socioeducacionais disponíveis, as capacidades latentes e torna o Marco Operacional um processo profundamente dependente de intervenções externas ao contexto. O Marco

Situacional para se tornar operacional é a conexão entre o Marco Conceitual e o Operacional, ele é construído no contexto de uma Oficina de Futuro composta por problemas (e a interpretação destes), dos sonhos (e também da interpretação destes) e das potencialidades associando estes elementos a uma análise conjuntural mais ampla (Mundo-Brasil-Bioma-Região-Município), análise histórica, estrutural que permite entender os problemas vividos, os sonhos idealizados e as possibilidades dos caminhos delineados.

O Marco **Operacional** deve ser o planejamento objetivo das estratégias e ações a serem desenvolvidas, decorre de uma análise que contempla Marco Situacional e Conceitual ao mesmo tempo. O Marco Operacional deve ser detalhado ao nível do cotidiano, se possível, para que cada indivíduo envolvido saiba o que deve fazer na “segunda-feira”. Um bom Marco Operacional tem seu “Sul” no Marco Conceitual e não no Situacional, o Marco Situacional é o ponto de partida mas o ponto de chegada não é o seu “inverso”.

A elaboração de um PPP democrático ocorre em instâncias e momentos de participação representativos, legítimos, transparentes e dialógicos. Invariavelmente tais momentos exigem uma mediação que possibilite a objetivação *pari passo* ao aprofundamento interpretativo e crítico das proposições, há a necessidade de uma desinstrumentalização dos preconceitos, do reconhecimento e valorização das diferentes contribuições e experiências da totalidade dos participantes. É importante que este processo alcance os sujeitos sociais como um todo, que este processo não se torne uma expressão burocrática onde apenas os técnicos tenham acesso. É um **planejamento participativo** que discute planos de construção sócio-educacional que afetam toda a comunidade, desta forma, deve ser por ela apropriado. Um documento como este **nunca fica pronto**, ele é uma dinâmica e deve ser reavaliado e reconstruído a partir de um tempo pré definido pelo grupo.

### **Marco Situacional**

As diretrizes para o aprofundamento do Marco Situacional já foram construídas e estarão apresentadas no Marco Conceitual. Claramente este aprofundamento tem duas vertentes: 1. A do conhecimento das pessoas, grupos, instituições e processos de formação de educadores ambientais reconhecidos e “auto”-percebidos como tal; 2. A do

conhecimento das experiências de pessoas, grupos e experiências socioambientais no enfrentamento das problemáticas socioambientais de seus contextos, ainda que não se percebam como experiências educativas, socioeducativas, ambientais ou socioambientais. A articulação destas duas vertentes de aprofundamento tem por objetivo exorcizar toda prática prescritiva da Educação Ambiental ao permitir que os grupos e indivíduos da Educação Ambiental *stricto sensu* estabeleçam um diálogo qualitativo e horizontal com outros grupos e indivíduos que também estão em busca da transformação da realidade socioambiental. Podemos entender esta proposta dentro da concepção da “Sociologia das Emergências” proposta pelo Boaventura de Sousa Santos e que permite um alargamento do presente pelo conhecimento, tradução e valorização de todo o conjunto das experiências sociais disponíveis.

## **6. ESTRUTURA PARA APROFUNDAMENTO DO MARCO SITUACIONAL**

Os programas de Educação Ambiental territoriais devem tomar por base um mapeamento que possa orientar a definição dos públicos, dos conteúdos, das estratégias pedagógicas, da combinação entre momentos presenciais e à distância, etc... Para a Educação Ambiental em que o ProNEA se inscreve, a preparação de um Programa Nacional de Formação de Educadores Ambientais deve atentar-se a aspectos como a diversidade social, aos programas, projetos e ações em andamento, às instituições e movimentos e às diversas organizações e ações que possam produzir sinergia com o programa.

O mapeamento não é um diagnóstico, nele não se agregam juízos de valor de qualquer ordem, sejam éticos, estéticos ou políticos, assim o diagnóstico compete às pessoas que vivem a realidade a ser diagnosticada. Ainda assim um mapeamento não é ética ou politicamente neutro, *o que* se mapeia sobre a realidade é fruto de uma escolha politicamente orientada.

O mapeamento é fundamental para que o programa não se inscreva na região como inauguração ou encerramento da luta mas sim como uma oportunidade de articulação das forças e desejos existentes. Com o mapeamento torna-se possível orientar melhor o uso do recurso externo para fortalecer os recursos disponíveis e valorizar os

indivíduos e organizações que fazem ou podem fazer parte do caminho para construção da sustentabilidade da região.

## **6.1 Objetivos**

- Apresentar um esboço do cenário socioambiental do território;
- Conhecer e apresentar a diversidade sociocultural que o programa pretende contemplar;
- Apresentar os recursos, estruturas, instituições, coletivos, foros que o programa pretende envolver e articular.

## **6.2 Roteiro Geral para o mapeamento**

As sugestões contidas neste roteiro têm por objetivo fornecer uma idéia geral do conteúdo que pode constar num mapeamento prévio de um programa de Educação Ambiental territorial. Não há necessidade de ser exaustivo, este mapeamento será complementado ao longo do processo da formação, através do diálogo com os educandos num processo incremental e articulado. A evolução do mapeamento, desta forma, aproxima-se da idéia da metodologia da construção em “bola de neve” segundo a qual cada novo ponto indica outro, neste caso é ainda mais amplo na medida em que o mapeamento vai se construir em escala geométrica com cada novo grupo articulado durante o processo. Este mapeamento, com o progressivo envolvimento da população, vai evoluindo para um diagnóstico socioambiental participativo e incorporando as análises interpretações que contribuem para definições políticas das ações sobre o ambiente.

### **6.2.1 O território**

#### **6.2.1.1 O recorte territorial**

Pode referir-se à fração de um município ou a um grande território como um Estado da Federação. O fundamental é que o recorte territorial possa fazer sentido para as pessoas que nele estão circunscritas, esta “identidade” territorial pode ter naturezas

diversas como argumentos biofísicos (Bacia Hidrográfica, sub-bacia hidrográfica, entorno de lagos, Costa, Bioma...), histórico-sociais (padrões de ocupação, etnias, peculiaridades culturais, atividades econômicas...), político-administrativos (Estados, regiões administrativas, territórios de desenvolvimento, bairros...) ou outros argumentos.

#### **6.2.1.2 A base populacional**

Apresenta-se aqui a base populacional deste território no qual o programa de Educação Ambiental se inscreve. Apresentar a base populacional significa:

- ❖ Definir a população em números absolutos e relativos (rural-urbano; classes socioeconômicas; população por município)
- ❖ Apresentar a diversidade na população (populações tradicionais, assentamentos)

#### **6.2.1.3 Idéia preliminar da Arquitetura da capilaridade e aspectos populacionais**

A idéia de que todos têm direito e a obrigação de participar da definição do futuro do país, de que cada pedaço se deve configurar de acordo com os desejos e as ações de 100% de seus integrantes. Este fundamento da proposta também é uma decorrência do princípio da participação ampla e irrestrita da democracia radical. A idéia da participação de todos não significa harmonia, ausência de conflitos ou divergência de interesses, mas tem por objetivo o estabelecimento de equilíbrio dos poderes que conferem hoje, a uma minoria, o direito de configurar todo um estado, bioma, município ou país.

A arquitetura da capilaridade é pensada em cada contexto e tem por objetivo ter educadoras(es) ambientais atuando em toda a sua diversidade. Qualquer cidadão ou cidadã pode participar de um coletivo de reflexão sobre a sua realidade, seja no âmbito do trabalho, do bairro, da comunidade. Para que isso ocorra, a arquitetura da capilaridade se inicia no grupo de Pesquisa Ação Participante no âmbito das instituições do território (PAP2), que contém as pessoas das instituições formadoras. O interlocutor, *a priori*, do PAP2 é o PAP 3 (grupos de educandos compostos por pessoas com grande capacidade de comunicação e de capilaridade), que são lideranças comunitárias, técnicos de Ongs, agentes de saúde, sindicalistas, agentes de pastorais.

As(os) educadoras(es) dos grupos PAP3 mediarão e animarão os processos formativos dos grupos PAP4, compostos por pessoas que deverão congregiar tal diversidade que permita o envolvimento de toda a população do contexto através das intervenções das(os) educadoras(es) dos grupos PAP4. O planejamento da arquitetura começa com a seleção dos indivíduos que comporão os grupos PAP3. Este é um movimento-chave e deve buscar toda a diversidade possível. O mapeamento das experiências sociais disponíveis permite que se perceba a existência de grupos de ação-reflexão no contexto, que já vêm enfrentando a problemática. Estes grupos já são possíveis PAP4, suas lideranças e técnicos das entidades que os vêm apoiando são possíveis componentes de grupos PAP3.

Cabe destacar que o planejamento da arquitetura da capilaridade é condição para a definição da estratégia de seleção de educandos para cada processo.

#### **6.2.2 Para planejar a constituição do PAP3 é interessante conhecer:**

- Ativistas e lideranças de associações, movimentos, sindicatos, grupos de jovens, de mulheres etc...
- Educandos e Egressos de processos formativos em EA que estão no território;
- Quadros técnicos de Ongs, movimentos sociais e empresas com atuação em EA;
- Gestores públicos, de empresas e de propriedades rurais;
- Comunicadores amadores e profissionais com atuação em EA e/ou socioambiental;

O conhecimento destes atores sociais ainda que importante não será condição obrigatória do mapeamento apresentado pelo proponente deste Edital.

#### **6.2.3 Instituições formadoras e processos formadores**

Um processo de Educação Ambiental visa formar educadoras(es) ambientais e não pessoas “ambientalmente educadas”. O objetivo não é adequar o comportamento dos

educandos a um padrão pré-existente, definido externamente como sendo ambiental ou politicamente correto. O conteúdo das mudanças de procedimento, atitude, comportamento, opção política, escolhas enquanto consumidor, enquanto produtor, as modificações tecnológicas, devem ser definidas com educandos(as), imersos em seus contextos culturais, políticas e ambientais.

Os(as) educadores(as) ambientais devem encontrar no coletivo seu espaço de ação, de vida política, de reflexão. A formação de coletivos é um fundamento da proposta por entendermos que a(o) educador(a) ambiental não age ou vive para si, como toda(o) educador(a), mas vive intensamente a condição humana (segundo Arendt) de *inter homines esse*, ou seja, de estar entre humanos.

Teoricamente, encontramos qualificação para metodologia do grupo na “pesquisa-ação” (Kurt Lewin, Michel Thiollent, Renée Barbier), na “pesquisa participante” (Carlos Rodrigues Brandão), na idéia de laboratório social (Kurt Lewin), na “comunidade interpretativa” (Boaventura de Souza Santos e Jürgen Habermas).

Em resumo, são grupos que se tornam coletivos identitários, pesquisadores, críticos e ativos no seu contexto social. A qualidade do diálogo dentro deste coletivo tem por referencial a situação lingüística ideal de Habermas, na qual os preconceitos se desinstrumentalizam, na qual impera o desejo da emancipação individual e coletiva, na qual todos se expressam buscando superar os impedimentos objetivos e subjetivos à comunicação livre e à participação emancipatória. Estes coletivos se encontram em todos os espaços das(os) educadoras(es), no âmbito das intervenções socioeducacionais destas(es) educandas(os). O primeiro espaço temos denominado PAP (Pesquisa-Ação Participante) 2, PAP 3 às(aos) suas (seus) educandas(os) e PAP4 às(aos) educandas(os) com quem trabalham.

### **Instituições do Ensino Superior (IES) – bacharelado e licenciatura**

- Cursos de especialização
- Pós-graduação (mestrados e doutorados)
- Disciplinas e estágios (especialmente estágios de cursos de licenciatura)

- Cursos de extensão
- Programas de universidades
- Grupos de trabalho e pesquisa

### **Outros**

- Sistema "S" (Senac, Sesc, Sesi, Senar, Senai)
- Ongs, movimentos socioambientais, pastorais
- OEMAS (Organismos Estaduais de Meio Ambiente), Secretarias de Educação
- Ibamas (NEAs), Emater, Embrapa, Funai, Funasa e similares estaduais
- Redes
- Sebrae

### **Programas de formação já implementados:**

- O que já fez, o que faz e planejamento para futuro em EA
- Público: perfil e quantidade
- Projeto
- Recursos
- Produtos
- Materiais de apoio gerados
- Docentes
- Contatos

#### **6.2.4 Comunicação**

Conhecer as condições para comunicação é importante para o futuro programa de



Educomunicação Socioambiental do programa de Educação Ambiental.

- Instituições (privadas, públicas e comunitárias)
- Alcance/Circulação/Tiragem
- Linguagem/Tipo de comunicação
- Público (perfil)
- Conteúdo
- Abertura para inserção da temática ambiental (voluntária, obrigatória e paga)
- Produtos de comunicação socioambientais e/ou comunitários (já produzidos, em produção, futuros)
- Perfil sociopolítico da linha editorial e histórico do grupo/empresa de comunicação
- Sistemas informais de comunicação (redes comunicacionais invisíveis e/ou solidárias)
- Comunicadores socioambientais (profissionais e amadores)

#### **6.2.5 Experiências socioambientais e socioeducacionais**

Dentro da idéia da “Sociologia das Emergências” cabe, no processo de mapeamento identificar as diferentes ações individuais e coletivas que possibilitam o “alargamento” das possibilidades, e o reconhecimento da riqueza da realidade. Sugerimos que se mapeie, em relação aos grupos sociais:

- Identidade
- Natureza do grupo
- Elemento aglutinador

- Interações com o mundo
- Dinâmica sociopolítica
- Localização espacial (onde e alcance da identidade territorial)
- Lideranças
- Percepção e relação com o socioambiente
- Sistema de informações (de onde vêm e como fluem informações)
- Apoio externo (institucional ou não)
- Ações e estratégias
- Resultados e produtos

#### **6.2.6 Estruturas de apoio**

Aqui o mapeamento pode trazer alguns dos espaços e estruturas que serão potencialmente utilizados pelo programa de Educação Ambiental tais como:

- Escolas
- Telesalas e/ou Telecentros
- Viveiros, zoológicos, hortos, espaços e projetos públicos e comunitários
- Salas Verdes
  - Trilhas
  - Unidades de Conservação e áreas protegidas
  - Auditórios, teatros e outros espaços semelhantes
  - Centros, salas paroquiais e diocesanas
  - Museus, bibliotecas e outros espaços semelhantes
  - Centros e/ou Núcles de Educação Ambiental (CEAs/NEAs)

### 6.2.7 Foros, Coletivos, Instituições e Movimentos

Este setor de mapeamento tem as funções de: 1) identificar os espaços de interação social que podem ser apoiados no seu fortalecimento enquanto um espaço/momento da Educação Ambiental, 2) identificar os coletivos que ajudam na gestão do território para apoiar sua articulação pela sustentabilidade; 3) identificar os sujeitos (PAPs 2,3,4) do Programa Nacional de Formação de Educadores Ambientais.

- Sindicatos e Federações
- Redes, CIEAs
- Movimentos Sociais
- Fóruns coletivos e colegiados (ex: conselhos municipais de educação, de meio ambiente, Fórum DLIS, CONSAD, Comitês de Bacia, Conselhos de Ucs, ... )
- Associações, Cooperativas
- Ongs, OSCIPs
- Sindicatos, Pastorais
- Comunidades Eclesiais de Base

## 7. ROTEIRO METODOLÓGICO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA ATRAVÉS DOS COLETIVOS EDUCADORES

A constituição de um Coletivo Educador vai variar em cada contexto regional entretanto sua forma de implementação pode ter como referência o seguinte desenho:

### **META I: Articulação, mobilização, e planejamento do Coletivo Educador**

1ª. ATIVIDADE: **Reunião de Articulação:** a Instituição Proponente, juntamente com as instituições parceiras do projeto, convida outras instituições com experiência profissional em Educação Ambiental, educação popular, formação de educadores e

processos participativos que constituirão o Coletivo Educador. Nesta reunião, é apresentada e debatida a proposta metodológica geral do Programa de Formação de Educadores(as) Ambientais da DEA/MMA. Inicia-se um primeiro levantamento das ações (projetos e programas educacionais) realizadas ou planejadas pelas instituições presentes, assim como a identificação de outras instituições que possam contribuir com o Coletivo Educador. É importante que nesta atividade seja escolhido um Grupo Articulador Inicial, com representação de cada setor ou micro-território que constitui a territorialidade do Coletivo Educador, sendo responsável pela comunicação e operacionalização neste primeiro momento.

2ª. ATIVIDADE: **Articulação Micro-territorial:** as instituições presentes à primeira reunião realizam uma socialização para dentro de seus corpos técnicos, avaliam politicamente o interesse de participar do Coletivo Educador, mapeiam e contatam outras instituições para reuniões micro-territoriais. Nestas reuniões é recomendável que haja uma nova socialização do Programa Formação de Educadores(as) Ambientais.

3ª. ATIVIDADE: **Oficina de trabalho para Constituição do Coletivo Educador:** nesta reunião plenária, com todas as instituições envolvidas até este momento, debate-se e aprofunda-se o entendimento e comprometimento com a perspectiva crítica, emancipatória e popular de Educação Ambiental. Sistematizam-se as experiências acumuladas pelas instituições presentes para iniciar a construção do Cardápio de Aprendizagem Inicial. Como encaminhamento desta oficina o Coletivo Educador deve dividir-se em sub-grupos de acordo com seus micro-territórios, com o intuito de poderem ter uma agenda de encontros para planejar e executar as atividades das demais atividades de execução do projeto.

4ªA. ATIVIDADE: **Articulação Político-Institucional:** esta atividade está dividida em A e B para sinalizar que são momentos simultâneos.

O Coletivo Educador buscará estabelecer novas parcerias com instituições que possam dar um suporte político, administrativo, logístico e financeiro à implementação da proposta. O mapeamento dos recursos financeiros, materiais e humanos disponíveis poderá potencializar as atividades do projeto. Outro papel desta atividade é criar as bases jurídicas necessárias para a formalização das parcerias, oficializando a participação dos

profissionais e das instituições no Coletivo Educador. Questões como responsabilidades jurídico-administrativas, certificação do processo de formação dos educadores ambientais, deverão ser resolvidas neste passo.

4ªB. ATIVIDADE: **Aprofundamento e debate micro-territorial:** em cada micro-território os sub-grupos do Coletivo Educador realizam o mapeamento das experiências sociais dos locais, as redes sociais, as estruturas educadoras, os grupos, a segmentação social e outros aspectos fundamentais para a seleção de educandos, valorizando as experiências populares, para o diálogo de saberes. Nessa atividade é aprofundado o Cardápio de Aprendizagem Inicial, definem como será feito o acompanhamento dos educandos e planejam os demais papéis dos participantes do Coletivo Educador. Nessa atividade também são elencadas as estratégias mais interessantes para envolvimento da região, seus poderes públicos e sociedade civil.

5ª. ATIVIDADE: **Elaboração da Proposta de Formação:** a partir de uma oficina, inicia-se um diálogo para a elaboração da proposta de Formação Continuada de Pessoas que Aprendem Participando (PAP). A formação dos grupos PAP3 (Formadores de Educadores Ambientais) de educandos pode estar sob a responsabilidade de uma parte representativa do Coletivo Educador, mas necessariamente reportam-se a ele como referência para coordenação das ações na região. Pode-se optar por cada micro-território elaborar sua proposta de formação, entretanto estas propostas deverão desenvolver um profundo diálogo e interdependência, inclusive permitindo que os educandos percebam-se como parte de um processo de âmbito regional-nacional, servindo-se do amplo conjunto de opções – cardápio – resultante do mesmo.

Nesta atividade são estabelecidos os marcos conceituais, situacionais e operacionais da Formação e também são elencados os critérios para a seleção dos educandos (PAP3).

6ª. ATIVIDADE: **Divulgação da proposta para os vários segmentos sociais:** a divulgação da proposta tem por orientação o envolvimento de toda a rede social em sua diversidade. Cada contexto deverá identificar meios e linguagens mais adequados à realidade.

7ª. ATIVIDADE: **Seleção de Educandos PAP3 e início da implementação das**

**propostas de formação:** o Coletivo Educador deverá articular todo o processo seletivo dos PAP3 de modo a envolver a diversidade social e territorial do contexto em questão.

#### **META II: Desenvolvimento dos 4 processos educadores**

1ª. ATIVIDADE: **Implementação reflexiva do PFEA:** nesta atividade que será realizada durante todo o tempo destinado à META II. O Coletivo Educador deverá periodicamente reunir-se (no mínimo uma vez por mês) para avaliar o andamento das propostas, desenvolver estratégias de avaliação dos projetos de intervenção dos educandos, re-orientar as propostas de formação, elaborar materiais de apoio pedagógico e sempre que necessário constituir grupos temáticos transversais aos micro-territórios atendendo às necessidades de conteúdos e instrumentos dos educandos.

Os grupos de educandos de cada micro-território criam uma agenda de trabalho comum, avaliam a conjuntura socioambiental e o papel da Educação Ambiental no território. Ao fazê-lo os educandos articulam a Arquitetura da Capilaridade para visualizar a totalidade da população, o imbricamento de seus projetos de intervenção educacional e as necessidades comuns de formação (a ser demandada ao Coletivo Educador).

2ª ATIVIDADE: **Troca de experiências e Avaliação Preliminar do Programa de Formação:** após um certo período do início da implementação do Programa de Formação será realizada uma oficina/reunião para divulgação, socialização e troca de experiências, onde o Coletivo Educador juntamente com representantes dos grupos PAP3 irá avaliar o desenvolvimento da proposta com relação ao planejamento inicial e, se necessário, readequá-la.

#### **META III: Avaliação Participativa e Planejamento da continuidade e ampliação do Programa.**

1ª. ATIVIDADE: **Avaliação micro-territorial:** os grupos locais envolvidos com a articulação do Programa se reúnem para sistematizar as reflexões, críticas e sugestões de cada micro-território e definem diretrizes comuns para os desdobramentos regionais do

Programa.

2ª. ATIVIDADE: **Seminário**: organizado pelos educadores ambientais formados nos programas, pelos foros e coletivos e aberta à população em geral são apresentadas às conquistas do processo e abre-se à avaliação pública com vistas aos desdobramentos futuros do Programa.

3ª. ATIVIDADE: **Avaliação e Re-planejamento do Coletivo Educador**: o Coletivo Educador, com representações PAP3 e PAP4 de cada micro-território, realiza uma avaliação do programa de formação, elabora demandas por políticas públicas municipais, estaduais e federais e planeja o futuro do Coletivo.

#### **8. EXEMPLO DA PROPOSTA GERAL DA FORMAÇÃO:**

A concepção política, o projeto político pedagógico geral, as bases conceituais desta proposta devem ser entendidas a partir do documento que sistematiza a Proposta de Formação de Educadores Ambientais da DEA/MMA. Abaixo segue uma estrutura possível que pode facilitar o entendimento de como instrumentalizar a proposta em questão e até mesmo ser tomada na íntegra pelos Coletivos EDUCADORES.

Eixos Pedagógicos:

- ❖ Intervenção Educacional
- ❖ Constituição das Comunidades Interpretativas e de Aprendizagem
- ❖ Cardápios de Conteúdos
- ❖ Duração do curso: 24 meses (conforme o contexto poderá variar entre 18-36 meses)
- ❖ Carga Horária: 800 horas (conforme o contexto poderá variar entre 600-1200 horas)

EIXO PEDAGÓGICO	CONCEITOS E PRINCÍPIOS	MOMENTOS PEDAGÓGICOS QUE APOIAM ESTE EIXO
-----------------	------------------------	---

<b>1-CARDÁPIO DE CONTEÚDOS E INSTRUMENTOS</b>	<b>AUTOGESTÃO</b>	Cursos/Oficinas escolhidas pelo grupo PAP3
	<b>APRENDIZAGEM CONTINUADA</b>	Cursos/Oficinas escolhidas por grupos menores, de um município ou de um segmento
	<b>PEDAGOGIA DA PRÁXIS</b>	Itens de cardápio acessados individualmente
<b>2-INTERVENÇÃO EDUCACIONAL CRÍTICA E EMANCIPATÓRIA PARA FORMAÇÃO DE GRUPOS DE EDUCADORES AMBIENTAIS POPULARES</b>	<b>PESQUISA-AÇÃO-PARTICIPANTE</b>	Encontros para aprofundar metodologia, delinear intervenção, avaliá-la
	<b>LIDERANÇA DEMOCRÁTICA</b>	Desenvolvimento da Intervenção Educacional
	<b>ARQUITETURA DA CAPILARIDADE</b>	Tutoria em grupo (espaço para analisar e cooperar nas intervenções)
<b>3-COMUNIDADE INTERPRETATIVA E DE APRENDIZAGEM</b>	<b>MULTIPLICIDADE DE ESPAÇOS E VIAS EDUCADORAS</b>	Tutoria em grupo (espaço para analisar e cooperar nas intervenções)
	<b>DIÁLOGO COM EXPERIÊNCIAS SOCIAIS DISPONÍVEIS</b>	Encontros de grupos temáticos ou regionais para aprendizagem orientada
	<b>FORMAÇÃO DE COLETIVOS</b>	Registro e aprendizagem individual

Metodologia a partir de seus Momentos (exemplo de distribuição de momentos que torne factível a realização dos 3 eixos pedagógicos):

**I. Planejamento e Avaliação da Intervenção Educacional:** Encontros bimestrais de 16-24 horas nos quais o grupo de educandos planeja e avalia suas intervenções educacionais, estes encontros devem ocorrer ao longo de todo o processo formativo, ou no mínimo durante 10 encontros (2 encontros antes do início da



intervenção, 6 encontros ao longo da intervenção e 2 encontros após a intervenção)

**II. Cursos de Formação:** encontros bimestrais de 16-24 horas nos quais os educandos acessam conteúdos e instrumentos de interesse para sua formação e para apoio aos processos de intervenção pedagógica desenvolvidos por eles. Estes momentos de formação serão definidos participativamente a partir dos Cardápios Formativos Regionais disponíveis. Deverão ser realizados no mínimo 160 horas de Cursos de Formação.

**III. Tutoria em grupo:** encontros mensais somando uma carga horária de 4 a 6 horas nos quais grupos menores (6-12 educandos), compostos em função da proximidade territorial ou do segmento da sociedade (rural, urbano, sindical, movimento, empresa...) em que atuam, relatam suas experiências, partilham dúvidas, descobertas e reorientam suas práticas pedagógicas com o apoio de um Tutor.

**IV. Registro e Aprendizagem Dirigida em Grupo:** a partir das questões surgidas no momento presencial da tutoria o grupo será orientado ao estudo e registro coletivo, a leituras, a debates sobre vídeos, ao acompanhamento e apoio mútuo na intervenção, ao aprofundamento em temas específicos. Estes grupos também poderão acessar consultorias especializadas a partir do Coletivo Educador ou outras modalidades do Cardápio Formativo Regional. A carga horária mensal deste momento do processo também deverá variar entre 4 e 6 horas mensais.

**V. Registro e Aprendizagem Dirigida Individual:** cada educando deverá desenvolver um Diário no qual registra suas atividades, suas leituras, suas questões. O Tutor também apoiará o estudo individual indicando vídeos, textos ou visitas técnicas para a formação do educando. A carga horária será extremamente variável mas nunca inferior a 4 horas mensais ao longo de todo o processo formativo.

**VI. Intervenção Pedagógica:** cada educando deverá, a partir de um momento definido pelo Coletivo Educador, iniciar um processo de intervenção educacional tutorada (composta por pesquisa-ação, diagnóstico e planejamento participativo, formação de educadores populares ambientais, projetos comunitários, planos de aprendizagem coletiva, formação de comunidades interpretativas etc...) que deverá durar um mínimo de

12 meses com carga horária mínima de 20 horas por mês (240 horas de intervenção).

Considerando-se o tempo médio de 24 meses e as cargas horárias mínimas sugeridas temos:

- I e II significam encontros mensais de 16 horas (no mínimo)= 320 horas
- III, IV e V significam 12 horas de trabalho orientado a partir do segundo mês de curso = 276 horas
- VI = 240 horas

TOTAL ESTIMADO DA FORMAÇÃO = 836 horas

A depender do contexto, em função da disponibilidade e familiaridade com recursos informatizados, poderemos incrementar o uso de estratégias de educação à distância. O mesmo se aplica a estratégias de Educação Difusa e Educomunicação.

